



GÊNERO E POBREZA: um estudo comparativo de casos na Rodoviária do Plano Piloto -DF

SOUZA, Dyana Helena; OLIVEIRA, Ariel Paula;
FRANCO, Ana Cristina; SANTOS, Emilly Cristina;
SIQUEIRA, Carolina Nery; AQUINO, Rayane Rodrigues.

RESUMO: O presente trabalho é produto final da disciplina Tópicos Especiais em Serviço Social – discussões acerca da categoria pobreza, e teve como objetivo fazer um estudo comparativo de casos de mulheres que vivem na Rodoviária do Plano Piloto – DF. Foi realizada uma entrevista semiestruturada e por questões éticas, as participantes não foram identificadas. Buscou-se compreender as principais relações entre as questões de gênero e da pobreza, bem como a situação de mulheres que vivem em situação de rua. Reconhecer o sistema capitalista enquanto produtor e reproduzidor de desigualdades sociais em grande escala, é opor-se a culpabilização do indivíduo e reconhecer as verdadeiras causas estruturais e não patológicas da pobreza, além de considerar a sua multidimensionalidade. As mulheres vivenciam uma opressão específica associada dentro do sistema capitalista, portanto recomenda-se a continuidade de estudos sobre a temática.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Pobreza; Mulheres em situação de rua.



1- INTRODUÇÃO

O que impulsiona o estudo da relação que a questão de gênero tem com a pobreza? Será que as mulheres são as mais afetadas pela pobreza? E as mulheres em situação de rua? A resposta para essas perguntas, não se esgotam neste trabalho, pelo contrário, incentiva o entendimento ainda mais detalhado do que será exposto.

Alves (2013) fez uma análise da questão de gênero contextualizando “uma forma diferente das mulheres viverem”: a forma de sobreviver na rua. A autora defende que gênero é uma construção social do sujeito masculino e feminino, já Scott (1989), associa a categoria gênero “aos limites das correntes teóricas do patriarcado, do marxismo e da psicanálise”, e dessa forma tenta explicar a subordinação das mulheres e a dominação dos homens. Aponta ainda, que “no caso das mulheres em situação de rua existem várias estratégias, resistências, violências e preconceito por estarem em situação de rua e por enfrentarem as desigualdades econômicas, políticas e de gênero (p.3)”.

Compreender as questões de gênero implica entender as relações de dominação e exploração às quais as mulheres estão submetidas assim como Tiene (2004) afirmou “que as mulheres em situação de rua, nunca estão sozinhas e procuram conviver em grupos como forma de proteção”, muitas vezes procuram companheiros ou se submetem sexualmente para garantir sua segurança. É evidente que o preconceito se faz presente na vida das pessoas em situação de rua, e com as mulheres em situação de rua o preconceito se acentua ainda mais:

De modo geral, a mulher em situação de rua vive mais adversidades e, principalmente, mais formas de violências. Por sua vez, se são as mulheres que mais sofrem preconceitos e discriminações no espaço privado da casa, imaginem-se quando se consideram as relações na rua, construída historicamente como o “espaço masculino” (ALVES, 2013. p.4).

Mariana e Carloto (2009) estudaram a mulher e papéis de gênero no Programa Bolsa Família, e destacaram a importância de gênero e raça “como dimensões indispensáveis de análise acerca das políticas sociais”:

Nesse sentido, o *Retrato das desigualdades de gênero e raça* traz relevante contribuição ao apresentar dados macrossociais desagregados por sexo e cor e raça que nos permitem captar as interconexões desses dois marcadores sociais na (re)produção das desigualdades. Os dados sobre renda explicitam, de modo mais cabal, o quadro de discriminação contra mulheres e negros e, ainda, a “dupla discriminação sofrida pelas mulheres negras (p.903)”



Lena Lavinias e Marcelo Nicoll destacam que “ainda que as condições de pobreza não sejam determinadas pela questão de gênero”, os dados revelam que essa categoria influencia “as situações das famílias pobres e o fenômeno da chefia familiar feminina entre famílias pobres”, sendo esse grupo mais expressivo se comparar às famílias com maior renda. Ou seja, tem aumentado o número de famílias pobres chefiadas por mulheres.

É coerente com esses dados a suposição de que no universo de famílias pobres chefiadas por mulheres exista uma ocorrência maior entre aquelas chefiadas por mulheres negras, pois existem mais famílias negras em situação de pobreza e miséria. Esse respeito serve de comparativo o dado segundo o qual 11,7% dos domicílios urbanos em favelas são chefiados por mulheres brancas, enquanto 26% deles são chefiados por mulheres negras. Esse fenômeno revela a importância da incorporação da perspectiva de gênero, bem como do quesito cor e raça, nos programas de enfrentamento à pobreza e de desenvolvimento social (p.904).

Pensando em um parâmetro mundial, o Relatório de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2015), apresenta dois objetivos que estão associados diretamente às questões de gênero: o terceiro objetivo, que diz respeito a promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, e o quinto, que é melhorar a saúde materna. Com relação ao primeiro objetivo, que é erradicar a pobreza e a fome, o relatório mostrou que as mulheres enfrentam um maior risco de viver em situação de pobreza. Entre os fatores que contribuem para a vulnerabilidade das mulheres, estão o acesso desigual ao trabalho remunerado, rendimentos inferiores, falta de proteção social e acesso aos bens, incluindo terras e propriedades.

Apesar dos progressos para a igualdade das mulheres na educação e na política, ainda existem significativas lacunas e para a continuidade dessa luta é necessário a abordagem, segundo o relatório: das desigualdades de gênero, violência contra as mulheres, desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres, e divisão desigual dos trabalhos e a participação desigual e das mulheres na tomada de decisão.

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013-2015) evidenciou que “as práticas patriarcais seculares enraizadas nas relações sociais e nas diversas intencionalidades do Estado devem ser combatidas no cotidiano”, e que a situação apresentada tem impacto na saúde da mulher “porque históricas desigualdades de poder entre homens e mulheres implicam em forte impacto nas condições de saúde das



mulheres”. Outra informação importante que o Plano traz, é que ser mulher constitui um sério fator de risco, mostrando dados da Organização Mundial da Saúde-OMS, que o Brasil está entre os dez países com maior número de homicídios femininos, e que em geral o homicídio é cometido por homens.

Matias (2014) descreveu os fatores associados à pobreza no Brasil, e que devem ser considerados para o seu estudo. O primeiro deles é a região, área (urbana ou rural); o segundo, ocupação, considerando quem são os economicamente ativos ou não-ativos e dos que estão trabalhando, que tipo de trabalho executam; o terceiro, as características demográficas (idade, sexo, raça); o quarto, a educação; o quinto, acesso à habitação, e por último, o tamanho da família. A autora também mostrou estudos anteriores sobre o predomínio de mulheres que vivem em situação de pobreza e que famílias chefiadas por pessoas negras também são mais prováveis a serem pobres, estando este fator associado às iniquidades raciais que persistem no Brasil.

Com relação à população em situação de Rua no Distrito Federal, Pereira (2008) identificou três grupos sociais nas ruas do Plano Piloto: o primeiro, composto por pessoas ou famílias que residem nas regiões administrativas ou no entorno e que em épocas comemorativas vêm à cidade para receber doações; o segundo grupo, é de pessoas que residem fora do Plano Piloto e que vêm para o centro trabalhar e conseguir sustento, e dessa forma, dormem na rua durante a semana e em alguns dias voltam para suas casas; o terceiro grupo é composto por pessoas que vivem e trabalham nas ruas do Plano, instalando-se em lugares afastados. Com relação ao perfil da população adulta, a autora mostrou que há um equilíbrio entre homens e mulheres que vivem nas ruas da capital, havendo uma maioria feminina e com alto percentual de crianças.

Com base no exposto e considerando a relevância de se compreender a relação entre a pobreza e as questões de gênero como expressões da questão social, o presente trabalho tem por objetivo fazer um estudo comparativo de casos de mulheres que vivem na Rodoviária do Plano Piloto.

2- METODOLOGIA

Trata-se de um estudo comparativo de casos, analisando duas situações de mulheres que vivem em situação de Rua na Rodoviária do Plano Piloto – Brasília. Na primeira situação, as mulheres fazem parte da mesma família e vivem juntas e na segunda situação a mulher vive sozinha. Na entrevista inicial, a família é composta por quatro mulheres adultas com idades aproximadas entre 20, 22, 36 e 50 anos, sendo que a mais



velha é a mãe das outras três, e estavam acompanhadas de quatro crianças entre 1, 3, 4 e 13 anos. Já na segunda entrevista, a mulher é adulta de aproximadamente 40 anos.

Para a pesquisa de campo foi utilizado um questionário semiestruturado utilizado na Pesquisa Nacional sobre População de Rua e também, diário de campo. As entrevistas foram realizadas em dias distintos em dois grupos com três entrevistadoras. Pela delicadeza da situação não foram utilizados gravadores e o questionário foi preenchido após a entrevista. Por questões éticas, as participantes não foram identificadas e serão utilizados nomes fictícios para mencionar os elementos principais da entrevista.

3- RESULTADOS

Na primeira entrevista, quatro mulheres foram abordadas e estavam acompanhadas de quatro crianças. Dentre as quatro mulheres, somente uma mostrou-se aberta para ser entrevistada. Uma senhora que era a mãe delas se afastou e ficou nervosa, pois pensou que as entrevistadoras eram do Conselho Tutelar e estavam ali para fazer algum tipo de denúncia referente às crianças. As outras duas apenas ficaram olhando a irmã ser entrevistada.

Laura (nome fictício) tem 22 anos, é negra e respondeu todas as perguntas do questionário. Disse que mora aluguel com a mãe, as irmãs e com os filhos em um município de Goiás, próximo ao DF, e passam a semana na rodoviária (trabalham e dormem), vendendo doces, salgadinhos, água, entre outros produtos de fácil compra e venda.

Ela dorme na rodoviária há mais de cinco anos, tem dois filhos (idades aproximadamente de 2 e 5 anos) e não recebe benefícios assistenciais. De acordo com ela, nunca estudou e possui como documento somente a certidão de nascimento.

Foi perguntado se ela se culpabilizava pela situação dela e de sua família. De acordo com Laura, a sua situação é culpa do governo que “só promete, mas não oferece vagas de empregos para todos” e por isso elas estão de fora. Para ela o governo é “pode na carniça” e por isso que ela e sua família estão dessa forma. Laura informou que preferia que “a Dilma voltasse”.

Foi perguntado à Laura se elas não teriam medo de dormir na rodoviária, e se ninguém mexia com elas. Laura respondeu que as pessoas que moram na rodoviária são tranquilas e melhores que os “bonitinhos de pés branquinhos” que passam por ali.



Assim, podem-se notar nesta situação algumas características próximas ao perfil dos pobres brasileiros: mulher, negra, de baixa escolaridade e pertencente segundo Sawaya (2003), ao grupo de pobres urbanos (pobres que vivem na periferia das cidades à margem dos recursos materiais e sociais).

Portanto, pode-se caracterizar a pobreza de Laura e sua família de pobreza relativa, pois ela e sua família trabalham informalmente e têm acesso a algum tipo de renda, inclusive conseguem pagar aluguel no Goiás, mesmo que precariamente. Ou seja, elas possuem acesso aos mínimos sociais de forma relativa e precarizada, mas acessam de alguma forma por mais que não sejam participantes de nenhum programa social.

A segunda entrevista foi realizada de forma a deixar a entrevistada o mais confortável possível para responder às perguntas. A mulher aparentava ter cerca de 40 anos e mostrou-se aberta a dialogar.

No início da conversa ela se mostrou bastante aberta, dizendo em forma de gestos que era muda, mas concordou em tentar iniciar conosco um diálogo baseado em sinais e caso ela compreendesse ela acenaria positivamente ou negativamente. No decorrer da entrevista ela começou a responder algumas das repostas oralmente e percebemos que ela não era muda.

Maria (nome fictício) é uma mulher branca e disse que costuma dormir todas as noites no chão da rodoviária e que estava morando lá “há mais de mês”. Quando foi perguntado se ela tomava conta de alguma criança ou adolescente ela balançou a cabeça negativamente. Ao ser perguntada aonde ela vivia anteriormente, a entrevistada não especificou por onde teria passado e não compartilhou quais as motivações que a levaram a morar na rua.

Quando questionada acerca do modo como ela adquiria renda, ela apenas apontou para as pessoas na rodoviária e disse que vivia só com o dinheiro que ela arrecada naquele local. A entrevistada afirmou não receber nenhum tipo de benefício assistencial e preferiu não responder se ela acha que está em situação de rua por sua culpa, ou por culpa do governo.

Relacionando a situação apresentada com as os referenciais estudados, foi possível perceber que o tipo de pobreza no qual Maria se encaixa é o de pobreza absoluta, visto que ela sequer possui acesso a bens, serviços e às necessidades básicas necessárias a sua sobrevivência. Maria não conversou sobre a forma como ela acessa as políticas públicas, mas acreditamos que o acesso que ela tem é extremamente precário.



4) DISCUSSÃO

Ressalta-se a importância que facilitadores possuem para a elaboração de estudos com o público em situação de rua, considerando que estes conseguem criar um vínculo e deixa-los mais seguros para responderem às perguntas. Este fator dificultou a elaboração da pesquisa de campo, visto que poucas mulheres que aparentavam estar em situação de rua se disponibilizaram para conversar com a equipe por estarem receosas de que o grupo tivesse algum tipo de conexão com organizações sociais ou governamentais.

Uma observação realizada ao longo das entrevistas foi a dificuldade que essas mulheres têm em acessar empregos formais, diante do fato de que grande parte das pessoas em situação de rua não possuem documentação. Além de, principalmente nos meios urbanos, o mercado de trabalho não absorver essas pessoas sob a justificativa da falta de especialização.

Mesmo assim, notou-se em Laura a convicção de que sua situação era parte de um sistema maior, Laura disse que o governo havia prometido abrir mais vagas de emprego e “cadê as vagas?” Ela era categórica em suas repostas, dizendo que só estava ali porque não tinha outro jeito, ela não queria traficar nem roubar.

Pode-se notar na primeira entrevista (Laura) que as mulheres estavam sempre juntas e cuidando das crianças e a mãe de Laura preocupada se alguém poderia mexer com as crianças (especificamente o Conselho Tutelar). A mãe de Laura disse que se as estudantes fossem do Conselho Tutelar ela “tacaria uma pedra” nas entrevistadoras.

Já Laura, tranquilizava a mãe dela dizendo que não tinha medo mostrou-se aberta para a entrevista. A partir disso pode-se notar que mulheres em situação de rua que vivem juntas se ajudam de alguma forma e se protegem também. Elas apresentavam mais medo de quem não está em situação de rua, fator percebido durante a realização da entrevista.

Pensando na atuação do Serviço Social, percebe-se que no público entrevistado a intervenção profissional é mínima, devido à precarização dos programas sociais que existem especificamente para esse público. É extremamente preocupante que a intervenção



realizada pelos/as assistentes sociais seja tão limitada tendo em vista toda a historicidade da profissão e o compromisso com a classe trabalhadora que foi firmado pela categoria.

É preciso que o Serviço Social provoque mais discussões que tematizem a pobreza de modo a engendrar a produção de evidências sobre o assunto. Considerando a pobreza enquanto um conceito político posto nas mãos de forças antagônicas, é essencial que o serviço social se aproprie e politize esse conceito, reconhecendo a multidimensionalidade da pobreza e as causas estruturais que esta possui no capitalismo. Assim, a categoria profissional que não mais se detém apenas na execução das políticas públicas e que se faz presente também na elaboração destas, estaria mais apta a auxiliar na criação de políticas sociais realmente eficazes e na melhora das políticas existentes.

5- CONCLUSÃO

A discussão teórica acerca da categoria pobreza é de suma importância, principalmente quando é realizada de forma focada nos aspectos puramente econômicos que a envolvem. Conceituar a pobreza como algo político é extremamente revolucionário no cenário político contemporâneo tomado por ideais neoliberais.

Reconhecer o sistema capitalista enquanto produtor e reproduzidor de desigualdades sociais em grande escala, é opor-se a culpabilização do indivíduo e reconhecer as verdadeiras causas estruturais e não patológicas da pobreza, além de considerar a sua multidimensionalidade. Reconhecendo que as mulheres vivenciam uma opressão específica associada a sua existência enquanto mulheres dentro do sistema capitalista, é plausível que relacionemos o fenômeno da pobreza com a questão de gênero, tanto em âmbito mundial quanto nacional.

É preciso reconhecer que a hierarquia de gênero possui reflexos nas relações que são desenvolvidas entre as pessoas em situação de rua e que, portanto as hostilizações vivenciadas pelas mulheres nesse ambiente ganham maior densidade, principalmente no que tange as mulheres negras, que sofrem uma dupla discriminação associada com os fatores de raça e de gênero. A pobreza apresenta efeitos ainda mais nefastos na vida das mulheres. Diante disso, a proposta do trabalho é enriquecedora visto que promove a aplicação das teorias trabalhadas em sala em análises acerca da pobreza na realidade concreta, além de oferecer aos/as profissionais uma perspectiva não patológica desse fenômeno.



6- REFERÊNCIAS

ALVES, M.E.R. As moradoras de rua entram em cena: a violência contra a mulher moradora de rua com uma das expressões da questão social. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas: O desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e humilhação. Universidade Federal do Maranhão. 2013.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. [Internet]. Brasília (DF); 2013. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf>> Acesso em 04 fev 2017.

LAVINAS, Lena; NICOLL, Marcelo. “Pobreza, transferências de renda e desigualdades de gênero: conexões diversas”. Revista Parcerias Estratégicas, Brasília, n. 22, p. 39-75, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.cgee.org.br/parcerias/p22.php>. Acessado em jul/2006>. Acesso em: 9 nov. 2017.

MARIANO, S.A; CARLOTO, C.M. Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. Estudos Feministas. Florianópolis, 17(3): 312, setembro-dezembro/2009

MATIAS, A.P.G. Factors associated with poverty: a comparative study of determinants of poverty in Brazil and Korea. 69 p. Thesis for the degree of Master of Social Welfare. Hallym University. December, 2014.

PEREIRA, C.P. Rua sem saída: um estudo sobre a relação entre o Estado e a população de rua de Brasília. 2008. 127 p. Dissertação (Mestrado em Política Social)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SAWAYA, Ana Lydia et al . Os dois Brasis: quem são, onde estão e como vivem os pobres brasileiros. Estud. av., São Paulo , v. 17, n. 48, p. 21-44, Agosto 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142003000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 Fevereiro de 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000200003>.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Educação e Realidade, V.20(2), 1995.

TIENE, I. Mulher Moradora na Rua: entre vivências e políticas sociais. Campinas, SP: Alínea, 2004.

UNITED NATIONS. The Millennium Development Goals Report. New York, 2015.